

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

MAURA DA SILVEIRA PIA FERRÃO

**CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DIVULGADA NA
MÍDIA GAÚCHA**

Porto Alegre
2010

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

MAURA DA SILVEIRA PIA FERRÃO

**CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DIVULGADA NA
MÍDIA GAÚCHA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Enfermeiro no curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dr^a Ana Lúcia de Lourenzi Bonilha.

Porto Alegre
2010

Dedico esta conquista a Deus, porque é o Senhor quem me sustenta e me faz habitar em segurança.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por seu amor incondicional por mim e de mais uma vez me abençoar oportunizando-me essa experiência de vida que é cursar uma graduação em uma universidade federal e de ter me dado pais que me educaram e apoiaram em todos os momentos da minha formação.

Agradeço, especialmente, a minha mãe que é uma amiga em que eu posso contar em todos os momentos.

Ao meu marido Valdir pela força que me deste durante toda a graduação e por ter tido tanta paciência comigo em dias tão difíceis.

À minha orientadora, Prof. Dr^a Ana Lúcia de Lourenzi Bonilha, pela sabedoria, conhecimento, apoio, amizade e excelente orientação.

Às Enfermeiras Suzana Záchia e Gláucia Mendonça que terei como exemplo em minha vida profissional.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a minha formação. Muito obrigada!

RESUMO

A violência contra a mulher é uma questão sócio-cultural presente nas mais diversas comunidades. Em praticamente todas as sociedades primitivas, o papel da mulher é semelhante, ou seja, um ser submisso, inferior ao homem e com poucos direitos. As informações relacionadas à violência contra a mulher apresentadas na mídia podem agir como modeladores de atitudes sociais e constituem-se em processo informal de educação, que pode influenciar o modo de viver da sociedade. Logo diante dessa problemática e da influência que a mídia exerce na sociedade, torna-se relevante o conhecimento da informação produzida nos meios de comunicação a respeito desse assunto. Trata-se de um estudo exploratório, de natureza quantitativa, cujo objetivo foi caracterizar o tipo de violência contra a mulher gaúcha apresentada em um jornal popular do Rio Grande do Sul. Os resultados deste estudo identificaram que a violência contra a mulher divulgada nas reportagens não contém informações que poderiam identificar a vítima e nem o agressor, naturalizando assim a violência de gênero apresentada. A mídia analisada destaca acontecimentos que possam provocar impacto ao leitor, e publica, em sua maioria, casos de violência contra a mulher com desfechos fatais.

Descritores: Violência contra a Mulher; Mulheres Maltratadas; Mídia; Violência de Gênero.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Distribuição do número de mulheres agredidas segundo a faixa etária.....	18
Tabela 2 - Vínculo da vítima com o agressor.....	19
Figura 1 - Distribuição do número de agressões segundo a classificação de violência.....	20
Figura 2 - Conseqüências da violência física.....	21
Figura 3 - Distribuição do número de mulheres agredidas segundo a força de intimidação.....	22
Figura 4 - Local da agressão.....	23
Tabela 3 - Fatores desencadeantes da violência contra a mulher.....	24
Tabela 4 - Forma como a violência foi cometida.....	25
Figura 5 - Quanto ao ocultamento do corpo da mulher.....	26
Figura 6 - Local aonde foi encontrado do corpo da mulher.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 OBJETIVO.....	10
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	11
3.1 Conceito e Classificação.....	12
3.2 Epidemiologia.....	12
3.3 Fatores Associados.....	12
3.4 O Serviço e os Profissionais da Saúde e Violência contra Mulher.....	14
4 METODOLOGIA.....	16
4.1 Tipo de Estudo.....	16
4.2 Campo de Estudo, População Amostra.....	16
4.3 Coleta de Dados.....	16
4.4 Análise dos Dados e Aspectos Éticos.....	17
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
6 CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICE A.....	33
APÊNDICE B.....	36

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher provoca indignação na maioria das pessoas, porém é um fato que tem acontecido ao longo da história humana. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como na esfera privada (OMS, 2002).

Cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara, espontaneamente, ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem: 16% relatam casos de violência física, 2% citam alguma violência psicológica e 1% lembra do assédio sexual. Dentre as formas de violência mais comuns destacam-se a agressão física mais branda, sob a forma de tapas e empurrões, sofrida por 20% das mulheres; a violência psicológica como xingamentos e ofensas à conduta moral da mulher, é vivida por 18%, e a ameaça através de objetos quebrados, roupas rasgadas, objetos atirados e outras formas indiretas de agressão, vivida por 15% (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2001).

Esse tipo de violência é uma violação dos direitos humanos e foi reconhecido pela OMS como um problema de saúde pública, sendo um empecilho ao desenvolvimento socioeconômico. Além disso, é um problema social em nível mundial e que atinge todas as classes sociais, etnias, religiões, idades e diferentes escolaridades. Estima-se que um quinto da população feminina do mundo já sofreu violência física ou sexual em algum período da vida (OMS, 2002).

Atualmente, a violência contra a mulher é eventualmente divulgada nos meios de comunicação. O poder de manipulação da mídia pode atuar como uma espécie de controle social, que contribui para o processo de massificação da sociedade, resultando num contingente de pessoas que caminham sem opinião própria. Subliminarmente, através da televisão, das novelas, jornais e internet, é transmitido um discurso ideológico, criando modelos a serem seguidos e homogeneizando estilos de vida. Credibilidade é algo importante que os meios de comunicação de massa possuem. O cidadão ouve e percebe o discurso da mídia como algo que vem de um patamar superior, de alguém que sabe mais.

Assim as informações apresentadas na mídia podem agir como modeladores de atitudes sociais e constituem-se em processo informal de educação, que pode influenciar o modo de viver da sociedade. Portanto, diante dessa problemática e da influência que a mídia exerce na sociedade, torna-se relevante o conhecimento da informação produzida nos meios de comunicação a respeito desse assunto.

No Brasil, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência incorporou ações destinadas à prevenção, assistência e garantia dos direitos da mulher em diversas áreas, inclusive na área da saúde. Os reflexos da violência são nitidamente percebidos no âmbito dos serviços de saúde, seja pelos custos que representam, seja pela complexidade do atendimento que demandam (DESLANDES; GOMES; SILVA, 2000).

Dessa maneira, esse setor tem importante papel no enfrentamento da violência contra a mulher. Todavia, os profissionais de saúde tendem a subestimar a importância do fenômeno, voltando suas atenções às lesões físicas, raramente se empenhando em prevenir ou diagnosticar a origem das injúrias. Esse fato pode estar relacionado à falta de preparo profissional, ou simplesmente, à decisão de não se envolver com os casos (SALIBA et al., 2007).

Assim o papel dos profissionais da saúde, bem como o do enfermeiro é fundamental no acolhimento às mulheres vítimas de violência, já que existe uma tendência dos profissionais não identificarem essas mulheres tornando esse fenômeno invisível dentro do serviço de saúde. Motivada em realizar uma assistência integral a saúde da mulher e diante do meu interesse e afinidade por esse ramo de estudo, optei então por estudar essa temática.

2 OBJETIVO

Caracterizar o tipo de violência contra a mulher gaúcha apresentada em um jornal popular do Rio Grande do Sul.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Conceito e classificação

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada em 1994 na cidade de Belém, conceituou a violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. O artigo 7 da lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha) diz que a violência é classificada entre violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, conforme descrito a seguir (BRASIL, 2006).

A violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal, como tapas, empurrões, chutes, bofetadas, tentativa de asfixia, ameaça com faca, tentativas de homicídios, puxões de cabelo, beliscões, mordidas e queimaduras.

A violência psicológica compreende qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

A violência sexual é qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sexualidade, que impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

Na maioria das vezes, as mulheres vítimas de violência apresentam problemas que não se reduzem às conseqüências imediatas dos atos violentos vivenciados, mas apresentam interfaces que precisam contar com o aporte interdisciplinar, como as cicatrizes deixadas na

vida sexual, afetiva, social, profissional (OLIVEIRA et al., 2005).

A violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer as necessidades pessoais.

A violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

3.2 Epidemiologia

No Brasil, estudo em nível nacional verificou a ocorrência de violência contra mulheres. Nesse trabalho, 43% das brasileiras declararam já ter sofrido violência praticada por homem ao longo da vida. Maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados foram os principais agressores, variando de 88% dos autores de tapas e empurrões a 79% dos perpetradores de relações sexuais forçadas (VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004).

Outro trabalho que denuncia essa problemática foi feito em Unidade Básica de Saúde de São Paulo revelando que mais de 40% das usuárias já teriam sofrido violência física pelo menos uma vez na vida por qualquer agressor, sendo a violência por parceiro ou familiar de 34,1% (SCHRAIBER et al., 2002). Semelhantemente, em uma investigação realizada em Porto Alegre, encontrou-se um percentual de 38% de violência física e 9% de violência sexual, ambas praticadas por parceiros íntimo. (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005). O problema inclui diferentes manifestações, como: assassinatos, estupros, agressões físicas e sexuais, abusos emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial, por causa do dote ou opção sexual (BARSTED; HERMANN, 1999).

3.3 Fatores associados

Em geral, as vítimas são mulheres jovens, com idade entre 19 e 34 anos; com baixo nível de escolaridade e baixa qualificação profissional. Quando exercem atividade remunerada, atuam no comércio ou no setor de limpeza. Há um grande número de donas de casa e algumas informam que exercem atividades no mercado informal de trabalho. Trata-se, em resumo, de um perfil que acentua um nítido recorte de classe, reforçando os

estereótipos que associam violência à pobreza e à ignorância (IZUMINO, 2002).

A mulher tem maior probabilidade de ser espancada, violada ou assassinada pelo seu parceiro atual ou anterior, que por um estranho (OMS, 2002). As diferenças entre os cônjuges, as dificuldades de comunicação, o desequilíbrio do poder e as dificuldades no desempenho dos papéis são elementos básicos de conflitos entre os casais e fontes de possíveis reações violentas (MARTIN, 1999).

Azevedo (1986) explica a violência contra a mulher identificando dois grupos de fatores. O primeiro grupo são fatores condicionantes representados, entre outras coisas, pela ideologia machista que legitima as relações entre os sexos como relações de dominação, subordinação e a própria educação diferenciada. E o segundo grupo seriam fatores precipitantes, como o abuso de álcool e outros tóxicos ingeridos pelos participantes de episódios de violência, e também as situações de estresse que tanto poderiam ser causadas por problema de solução desconhecida pelos indivíduos, como por problemas de solução conhecida, mas emocionalmente penosa.

Para Boulding (1981), a mulher é quem mais sofre violência, em virtude das definições sociais que lhe atribuem um papel secundário, limitando a sua cidadania em todos os níveis de hierarquia social. Giffin (1994) reforça a idéia, argumentando que dentro das próprias famílias já existe uma organização de funções e poderes entre gêneros, exercendo de forma direta um controle social sobre a identidade e sobre o corpo da mulher. A violência contra a mulher pode ser entendida também como produto da dificuldade de se lidar com as diferenças, sendo um tipo de violência interpessoal que ocorre dentro da família, perpetradas por um agressor em condições de superioridade (AZEVEDO; GUERRA, 1989). Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2002), dentre todas as agressões físicas cometidas no âmbito da residência, 63% das vítimas foram mulheres.

A OMS relaciona violência a diversos agravos à saúde física, abusos de drogas e álcool, distúrbios gastrintestinais, inflamações pélvicas crônicas, dores de cabeça, asma, ansiedade, depressão, distúrbios psíquicos, com tentativa de suicídio, além do trauma físico direto (OMS, 2002). De acordo com Grossi (1996), mulheres que sofrem violência estão cinco vezes mais predispostas a apresentarem problemas psicológicos em relação às

mulheres que não vivenciam essa situação. Alterações como nervosismo, esquecimento, sentimento de insegurança e transtornos do sono, foram relatadas por mulheres que sofreram violência (GUERRA, 1997). Segundo Diniz et al., (1999), as mulheres em situação de violência estão ainda mais vulneráveis a abortos, violação sexual e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

3.4 O serviço e os profissionais da saúde e violência contra mulher

Os serviços voltados para a violência contra a mulher foram criados no Brasil nos últimos 20 anos. Entre eles estão as delegacias de defesa da mulher, as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais que têm focado, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros sexuais da mulher. Na última década, foram criados os serviços de atenção à violência sexual para a prevenção e profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis (DST), de gravidez indesejada e para realização de aborto legal, quando for o caso (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA; FRANÇA-JÚNIOR; PINHO, 2002).

Os serviços básicos de saúde são importantes na detecção do problema, porque têm uma grande cobertura e contato com as mulheres, podendo reconhecer e acolher o caso antes de incidentes mais graves, porém, apesar da frequência com que as mulheres são agredidas, muitas vezes elas não procuram assistência e quando o fazem, não raramente, a agressão não é identificada pelos profissionais de saúde. Isso pode ocorrer por elas muitas vezes “esconderem” as evidências da violência sofrida ou porque os profissionais não estão cientes sobre a prevalência da violência contra a mulher por simplesmente não pesquisarem (YEAGER; SEID, 2002).

De acordo com D'Oliveira e Schraiber (1999), os profissionais tendem a compreender a violência doméstica como problemática que diz respeito à esfera da Segurança Pública e à Justiça, e não à assistência médica. Jaramillo e Uribe (2001) observaram que a maioria das disciplinas da saúde não contemplam em seus currículos e programas de educação continuada o treinamento dos aspectos relacionados com a violência. Por isso, esses profissionais não se encontram preparados para oferecer uma atenção efetiva na saúde das vítimas. Logo o despreparo do profissional em lidar com as vítimas que recorrem ao seu

serviço (MENDEZ-HERNANDEZ et al., 2003) se deve possivelmente ao desconhecimento acerca de como proceder frente a esses casos.

Segundo o Código de Ética da Enfermagem, é considerada infração ética “provocar, cooperar ou ser conivente com maus-tratos” (COFEN, 2000), sob penas que variam de uma simples advertência à cassação de direito de exercer a profissão. Aqui, entende-se que essa expressão deve ser interpretada de maneira ampla referindo-se a todas as formas de abuso. Leal e Lopes (2005), em trabalho realizado com uma equipe de enfermagem, concluíram que as principais dificuldades desses trabalhadores são o despreparo para lidar com o paciente violentado e a falta de comprometimento institucional em relação ao apoio psicológico e capacitação dos enfermeiros para lidar com vítimas de violência.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo exploratório, de natureza quantitativa. A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação na coleta e tratamento das informações, por meio de técnicas estatísticas, a fim de evitar distorções na análise e interpretação de dados, e o caráter exploratório visa à descrição das características de determinada população, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1996).

4.2 Campo de estudo, população e amostra.

O estudo foi realizado utilizando-se de reportagens do Jornal Diário Gaúcho que é um jornal que produz matérias de alcance popular. Ele foi criado em 17 de abril de 2000 e pertence ao Grupo Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), que tem como sede a capital gaúcha, Porto Alegre. “Esse jornal apresenta-se no formato tablóide, circula em cores e tem como uma de suas principais estratégias a realização de promoções” (AMARAL, 2004). É veiculado de segunda a sábado e possui como principal público leitor as classes C, D e E da região metropolitana de Porto Alegre e das principais cidades do estado do Rio Grande do Sul.

Foram consultadas 730 edições do Jornal Diário Gaúcho, publicadas de junho de 2008 a maio de 2010, e selecionadas reportagens sobre a violência contra a mulher publicadas neste período. Os critérios de inclusão foram reportagens de violência contra mulheres residentes no estado do Rio Grande do Sul a partir dos 12 anos de idade.

4.3 Coleta de dados

Para ter acesso às edições anteriores do jornal, o mesmo solicitou a acadêmica de enfermagem uma carta de apresentação e autorização para coleta de dados (apêndice B). A partir da entrega desse documento, a coleta foi executada duas vezes por semana nos meses de junho e julho de 2010 no Centro de Documentos e Informação do Jornal, localizado em

sua sede. Foi utilizado um instrumento de pesquisa (apêndice A) para auxiliar na coleta das informações relevantes para o estudo, e sua elaboração foi baseada nas questões norteadoras do estudo. As informações foram coletadas buscando respostas que caracterizem a violência contra a mulher: idade, ocupação principal, estado conjugal/civil e escolaridade da mulher; tipo de violência, localização das lesões, tipo de lesões, existência de gravidez, força de intimidação, tipo de vínculo da mulher com o agressor, idade, escolaridade e ocupação do agressor; consumo de álcool e drogas pelo agressor.

4.4 Análise dos dados e aspectos éticos

Foi utilizada análise estatística descritiva, com tratamento de frequência absoluta e percentual dos dados estudados. Esses foram discutidos segundo a literatura científica pesquisada sobre o tema. Manteve-se fidelidade das informações coletadas dos dados e da literatura.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo foram analisadas 72 reportagens do Jornal Diário Gaúcho sobre violência contra a mulher, sendo 27 reportagens do período de junho de 2008 a maio de 2009 e de 45 reportagens de junho de 2009 a maio de 2010.

Tabela 1- Distribuição do número de mulheres agredidas segundo a faixa etária. Porto Alegre, 2008-2010.

Faixa Etária	N	%
19 aos 39 anos	35	48,61
40 aos 60 anos	12	16,66
Sem informação	11	15,27
12 aos 18 anos	8	11,11
Acima dos 60 anos	6	8,33
Total	72	100

A idade média das mulheres agredidas das reportagens foi de 34,62 e a maioria na faixa etária entre 19 e 39 anos (48,61%).

Galvão e Andrade (2004), em estudo realizado na cidade de Londrina, analisaram 470 dados de mulheres que sofreram algum tipo de violência. Destas mulheres, 67,8% estavam entre 20 e 39 anos convergindo com o resultado do presente estudo. Outro trabalho que confirma esta faixa etária como sendo a de maior prevalência é o de Scharaiber et al. (2007), no qual foram selecionadas amostras representativas de mulheres que sofreram violência nos estados de São Paulo e Pernambuco. Neste estudo a faixa etária mais prevalente foi entre 20 e 39 anos, tendo uma porcentagem de 66,2% em São Paulo e de 70,5% em Pernambuco.

Os resultados semelhantes dos estudos referenciados anteriormente à idade da vítima

devem-se provavelmente ao fato de ser um período da vida em que as mulheres estão em idade reprodutiva, muitas vezes, já possuem filhos, algumas não trabalham e dependem financeiramente do próprio autor das agressões, o que as tornam mais suscetível a permanecerem em contexto de violência.

Tabela 2 - Vínculo da vítima com o agressor. Porto Alegre, 2008-2010.

Vínculo	N	%
Estranho	32	44,44
Parceiro ou ex-parceiro íntimo	19	26,38%
Sem Informação	11	15,27
Outros	6	8,33
Ex-genro	2	2,77
Rivais no Tráfico de Drogas	2	2,77
Total	72	100

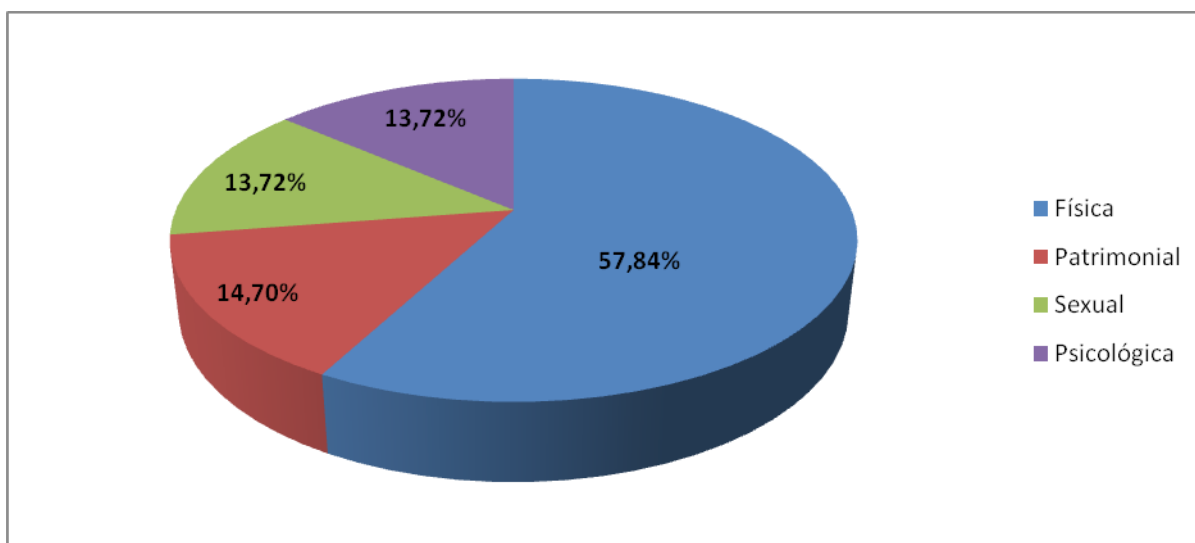
Em relação ao vínculo da vítima com o agressor o que predominou na maioria das reportagens do jornal analisado foi a violência cometida por estranhos com 44,44% seguido de parceiros ou ex-parceiros íntimos com 26,38% do total. Esse resultado difere um pouco dos achados da literatura, já que a maioria dos estudos indica o parceiro íntimo como principal agressor.

Em pesquisa em hospitais públicos do Rio de Janeiro, Deslandes, Gomes e Silva (2000) afirmaram que há predomínio do marido como autor da violência com 56,90% dos casos. Nesse estudo observou-se também a presença de ex-maridos (6,9%), de namorados (4,2%) e ex-namorados (1,4%), totalizando 69,4% de violência cometida por parceiros ou ex-parceiros íntimos. Em outra pesquisa, de Galvão e Andrade (2004), os principais agressores são atuais maridos ou companheiros, que correspondem a 73,4%.

Percebe-se que no presente estudo, os resultados que indicam pessoas estranhas como principal agressor divergem daqueles encontrados por Galvão e Andrade (2004) e

Deslandes, Gomes e Silva (2000). A divergência nesse resultado pode ser explicada pelo fato da violência ter sido motivada pelo assalto na maioria das reportagens.

Figura 1 - Distribuição do número de agressões segundo a classificação de violência. Porto alegre, 2008-2010.



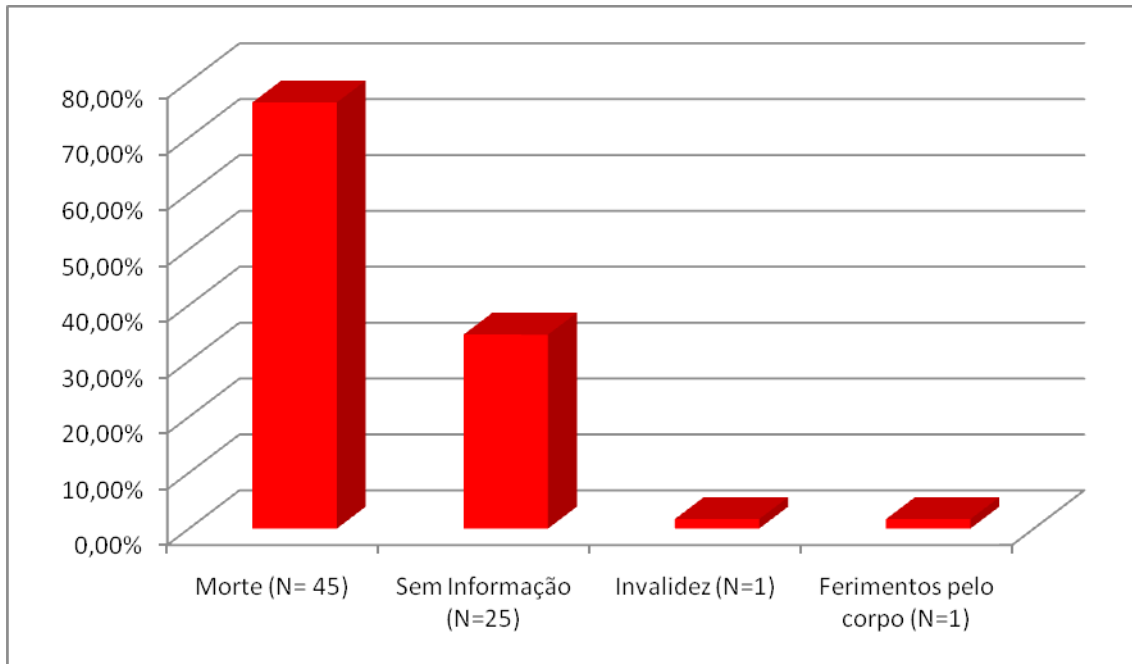
Em relação a classificação do tipo de violência, o que predominou foi a violência física, com 57,84%, seguido da patrimonial, com 14,70%, e sexual e psicológica com o mesmo valor de 13,72%.

Kronbauer e Meneghel (2005), em estudo com 251 mulheres usuárias de uma unidade básica de saúde em Porto Alegre verificaram uma prevalência de violência psicológica de 55%. Essas mulheres relataram ter sofrido pelo menos um episódio de insulto, humilhação, intimidação ou ameaças por parte do agressor. Em segundo lugar com 38% referiram violência física e 9% violência sexual. Silva (2003), em pesquisa realizada em um hospital em Salvador, Bahia, com 321 mulheres, encontrou um percentual de 22,3% de ofensas e 19,5% de xingamentos, totalizando 41,8% de violência psicológica, sendo esse tipo a violência mais presente.

Embora a violência psicológica seja o tipo de violência mais presente na literatura, as

reportagens analisadas do presente estudo não trazem essas informações. Isso talvez se deva ao fato de não gerar muito interesse nos leitores do jornal.

Figura 2 - Conseqüências da violência física. Porto Alegre, 2008-2010.



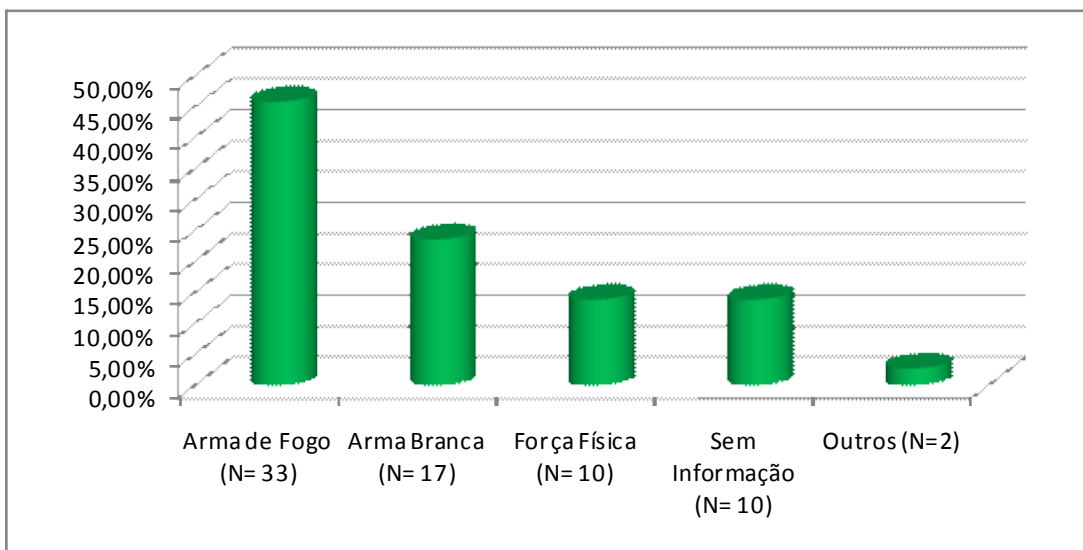
A consequência da violência física mais presente nas reportagens foi a morte. Das 72 reportagens analisadas, 45 (76,27%) tiveram desfechos fatais, somente 1 (1,69%) reportagem descreveu apenas ferimentos pelo corpo e 1 (1,69%) apresentou como consequência a invalidez.

Nota-se que a maioria das reportagens teve desfechos fatais com uso de arma de fogo. Isso mascara a realidade da violência contra a mulher encontrada na literatura onde os tapas, socos, chutes e empurrões são os atos mais frequentes com um padrão repetitivo, e baixa é a porcentagem das mulheres agredidas que acabam indo a óbito ou mesmo procurando atendimento médico ou ajuda relacionada a segurança individual (MENEZES, 2003; KRONBAUER ; MENEGHEL, 2005 ; SCHRAIBER et al., 2007).

Deslandes, Gomes e Silva (2000) analisando os casos de violência, identificaram que

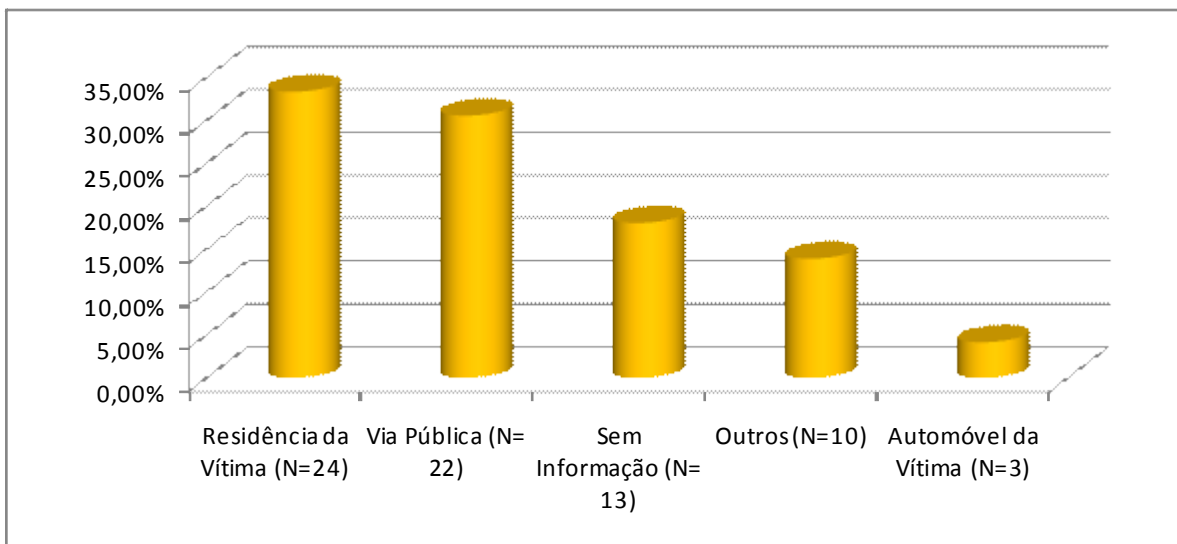
o emprego da força física sem auxílio de instrumento foi a forma mais utilizada pelos agressores em 70,4% dos casos, seguido de agressão com arma branca, em 21,1%, e apenas em 2 casos (2,77%) houve o utilização de arma de fogo. Schraiber et al. (2007) também encontraram em seu estudo que apenas 12,4% dos caso de violência contra a mulher o agressor usou arma de fogo como força de intimidação.

Figura 3 - Distribuição do número de mulheres agredidas segundo a força de intimidação. Porto Alegre, 2008-2010.



A força de intimidação mais freqüente utilizadas pelo agressor nas reportagens foi a arma de fogo com 45,83%, em segundo lugar a arma branca com 23,61% e em terceiro lugar a força física com 13,88%.

Figura 4 - Local da agressão. Porto alegre, 2008-2010.



Nos locais em que aconteceram os atos de violência, destacam-se a residência da vítima (33,33%) e o automóvel da vítima (4,16%) sendo as duas categorias ambientes privados, em segundo lugar, com pouca diferença nos percentuais, a via pública (ruas, avenidas, praças, parques, beco) com 30,55% dos casos. Esse dado encontrado também difere um pouco dos trabalhos científicos, já que normalmente quase a totalidade dos casos acontece em ambiente doméstico (BARSTED; HERMANN, 1999). Isso também pode ser explicado pelo fato de ter muitas reportagens de assaltos.

Os estudos apontam que a maioria das agressões é cometida no interior das residências (BARSTED; HERMANN, 1999; DINIZ et al.,1999; DESLANDES; GOMES; SILVA, 2000). Pode ser que se deva ao fato das agressões transcorrerem sem interrupções de outras pessoas e sob a legitimidade da privacidade do lar (GIFFEN, 1994). Essa divergência nos resultados pode ser explicada pelo fato do jornal apresentar muitos casos de assalto e violência contra a mulher que tem como consequência a morte da vítima, logo esse tipo de reportagem causa mais impacto chamando mais a atenção dos leitores. Isso pode ser evidenciado por um crescente nos números de reportagens desse gênero, pois de junho de 2008 a maio de 2009 houve 27 reportagens publicadas, já no período de junho de 2009 a maio de 2010 foram 45 reportagens apresentadas pelo jornal.

Tabela 3 - Fatores desencadeantes da violência contra a mulher. Porto Alegre, 2008-2010.

Fatores desencadeantes	N	%
Assalto	20	27,78
Sem informação	19	26,39
Violência Sexual	9	12,50
Desavenças familiares	6	8,33
Ciúmes ou/e término de relacionamento amoroso	6	8,33
Outros	5	6,94
“Queima de Arquivo” (potenciais testemunhas de crimes)	4	5,56
Vingança	3	4,17
Total	72	100

Os principais fatores que desencadearam as agressões foram: o assalto com 27,78%, a violência sexual com 12,50%; as desavenças familiares (motivos banais do cotidiano que ganham destaque e viram tema de briga) com 8,33%, ciúmes ou término do relacionamento amoroso cuja iniciativa foi feminina com 8,33%; “queima de arquivo” com 5,56%, (casos em que as mulheres seriam potenciais testemunhas de crimes) e vingança com 4,17% do total.

Segundo Adeodato et al. (2005), os principais fatores que desencadearam as agressões em mulheres que sofreram violência de seu parceiros e que prestaram queixa na delegacia da Mulher do Ceará, foram o álcool e o ciúmes . A associação desses dois fatores estava presente em 30% da amostra total.

O resultado diferenciado do presente estudo quando comparado com outras pesquisas pode estar relacionado com o fato de muitas delas abordarem apenas a violência doméstica contra a mulher. No interesse da presente pesquisa investigar todos os tipos de violência contra a mulher, encontrou-se nas reportagens um percentual considerável de assaltos. Isso pode indicar o quanto à mulher é vulnerável aos assaltos quando comparadas com os

homens, já que pela sua menor força física e agressividade acaba sendo alvo de assaltantes, pois na maioria das vezes as mulheres não apresentam reações que possam comprometer a atuação dos mesmos.

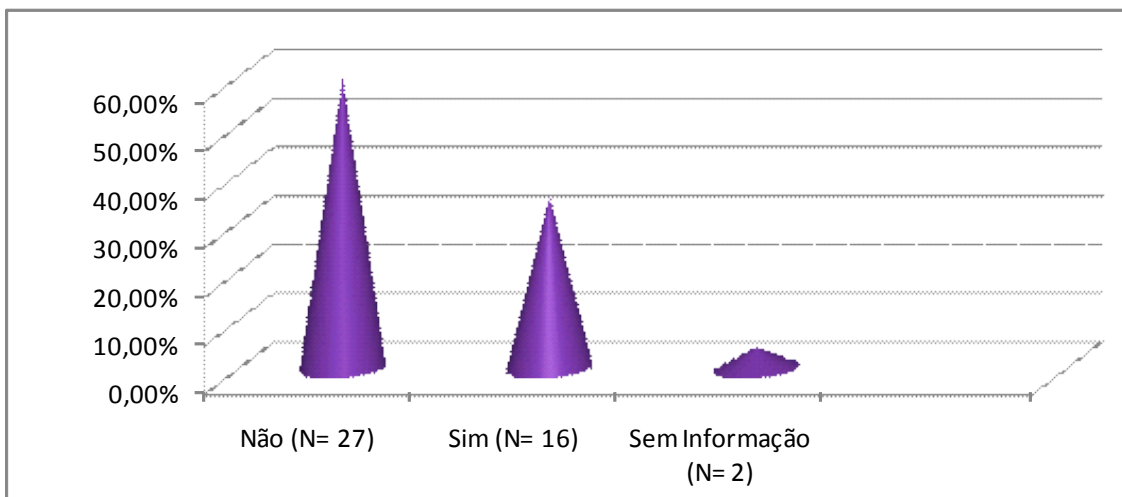
As reportagens estudadas em sua maioria descreviam o ato de violência contra a mulher enfatizando os detalhes de uma agressão física fatal. Nesse contexto, observa-se que três fatores estavam bastantes presentes nas notícias: quanto ao modo em que a violência foi cometida, se no caso de homicídio houve ou não ocultamento do cadáver e o local onde foi encontrado o corpo da vítima.

Tabela 4 - Forma como a violência foi cometida. Porto Alegre, 2008-2010.

Forma de violência	N	%
Tiros	18	22,22%
Outros	12	14,81
Esfaqueamento	11	13,58
Espancamento	11	13,58
Estupro	7	8,64
Sem informação	7	8,64
Seqüestro	5	6,17
Incineração	4	4,93
Ameaças Verbais	3	3,70
Estrangulamento	3	3,70
Total	81	100

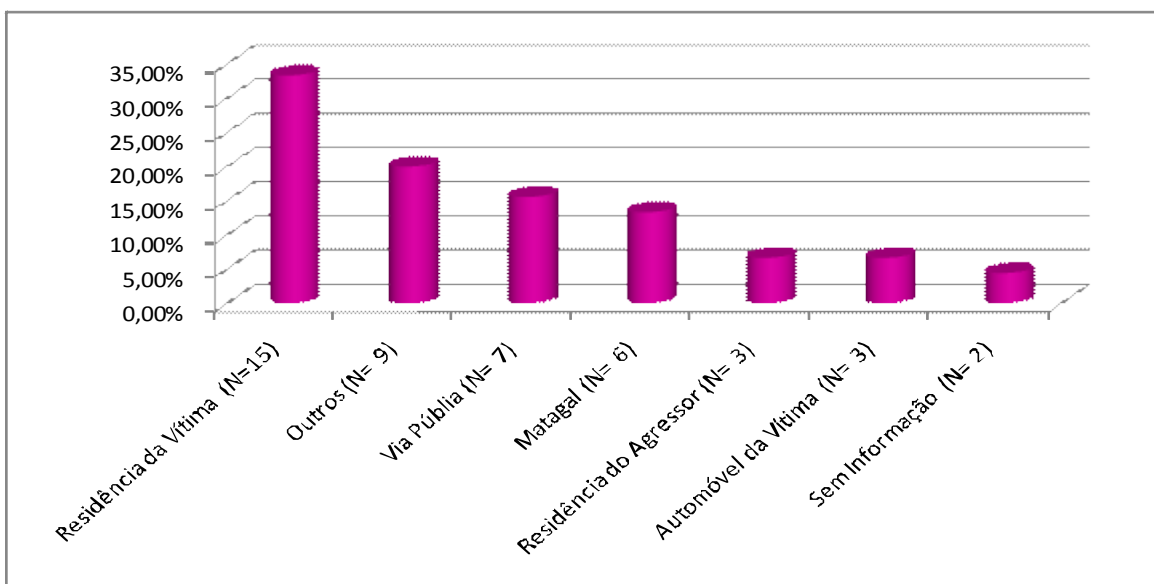
Em relação a forma em que a violência foi realizada, a maioria foi agredida com tiro (arma de fogo) com 22,22%, depois o esfaqueamento 13,58%, espancamento 13,58%, estupro 8,64%, seqüestro 6,17%, incineração 4,93%, ameaças verbais 3,70% e estrangulamento com 3,70% do total.

Figura 5 - Quanto ao ocultamento do corpo da mulher. Porto Alegre, 2008-2010.



Quanto ao ocultamento do cadáver pelo agressor, 35,55% esconderam o corpo e 60,0% não esconderam, deixando o cadáver no local do crime. Isso demonstra a total despreocupação dos homicidas em esconder o crime, tornando tais atitudes normais na sociedade.

Figura 6 - Local onde foi encontrado o corpo da mulher. Porto Alegre, 2008-2010.



Em relação aos locais onde foram encontrados os cadáveres, 33,33% foram achados na

própria residência da vítima, 15,55% em via pública, 13,33% em matagais, 6,66% na residência do agressor e 6,66% no automóvel da vítima.

No presente estudo, não foi possível a coleta de outros dados que também poderiam caracterizar a violência contra a mulher. Contudo, apesar de serem informações fundamentais para conhecer o contexto em que foi executada a violência, esses dados não puderam ser analisados, pois em mais de 30% das matérias não foram apresentados.

Informações relevantes para a identificação da vítima como: escolaridade, ocupação, estado conjugal e presença de gestação no momento da agressão não contavam nas reportagens. Outros aspectos que estavam ausentes nas matérias, e que merecem ser ressaltados, são dados referentes ao agressor, como a idade, ocupação, escolaridade, abuso de bebida alcoólica e drogas. Também não foram mencionadas as localizações das lesões na vítima (no caso da violência física) e as conseqüências das demais violências.

Para Michaud (1989) a mídia precisa de acontecimentos sensacionais, sendo a violência o principal alimento desta, com cenas de violências espetaculares, sangrentas e mesmo a violência comum, banal e instalada. A mídia pode contribuir para atitudes agressivas; as pessoas que já são agressivas podem assimilar as informações como uma confirmação adicional. O fato de não haver identificação da vítima e do agressor, bem como as conseqüências da violência para a mulher, indica que há uma naturalização de tal violência, pois a relevância de tais fatos é substituída por detalhes referentes ao modo em que a violência é praticada ressaltando a crueldade do crime. O jornal também demonstra pouco comprometimento quanto à violência contra a mulher, pois mesmo sendo um potente meio de comunicação, contribui muito pouco para a conscientização sobre o problema.

6 CONCLUSÃO

A violência contra a mulher é histórica e neste sentido, ao longo dos séculos, vem sendo denunciada em função da defesa pelos direitos das mulheres. Essa desnaturalizou esse tipo de violência, tornando-a visível e qualificando-a como uma violação dos direitos humanos e como um comportamento criminal.

Os resultados deste estudo indicam que na violência praticada contra as mulheres divulgada nas matérias analisadas há pouca identificação da vítima e do agressor, bem como as conseqüências da violência nas vidas das mulheres. O fato das reportagens não conterem informações que poderiam identificar a vítima e o agressor naturaliza a violência de gênero. Sabe-se que é um problema social decorrente de vários aspectos, porém deve-se observar que a influência da mídia pode contribuir para um comportamento passivo diante de tais ocorrências.

A mídia analisada destaca acontecimentos sensacionalistas, sendo a violência um tema de impacto, com casos de violência de desfechos brutais. As matérias sobre violência contribuem para mostrar esta como um fato de decorrência normal, sem as conseqüências que acarretam para a vida da mulher, proporcionando uma passividade frente à gravidade dos fatos.

Já os serviços de saúde podem servir como locais de alerta na detecção da violência contra a mulher promovendo ações que facilitem a identificação do problema. Os profissionais da saúde, bem como o enfermeiro, devem estabelecer uma relação de confiança na qual haja respeito e a paciente sinta-se acolhida e encorajada a enfrentar a situação de violência. O enfermeiro, que assiste à mulher vítima de violência, deve ter um conceito ampliado de saúde tendo a consciência que há diferentes atitudes, crenças e práticas, e que a sua ação deverá ultrapassar o diagnóstico e o cuidado das lesões físicas e emocionais.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, V. G.; CARVALHO, R. R.; SIQUEIRA, V. R.; SOUZA, F. G. M. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev. Saúde Pública**; v.39, n.1, p.108-13, 2005.

AMARAL, M. F. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. Tese (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas/violência denunciada: repensando a problemática**. São Paulo: Temas IMESC. Sociedade, Direito e Saúde, 1986.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

BARSTED, L.L; HERMANN, J. **Instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos: os direitos das mulheres são direitos humanos**. Rio de Janeiro: CEPIA, 1999.

BOULDING, E. **Las mujeres y la violencia social**. Paris: Editorial UNESCO, 1981.

BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelecem medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

COFEN – CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 240. Código de Ética dos profissionais de Enfermagem. Brasília, 2000.

DESLANDES, S.F; GOMES, R; SILVA, C.M.F.P. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v .16, p. 129-37, 2000.

DINIZ, N. M. F. et al. Mulher, saúde e violência: o espaço público e o privado. **Revista Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 23, n.2, p. 106-112, 1999.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência contra a mulher**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. Disponível em [<HTTP//200.130.7.5/spmu/docs/pesq_Violencia%20contra%20a%20mulher.pdf>](http://200.130.7.5/spmu/docs/pesq_Violencia%20contra%20a%20mulher.pdf).

Acesso em: 02, dez. 2010.

GALVÃO, E. F.; ANDRADE, S. M. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Saude e Soc.**, São Paulo, v 13, n. 2, p 89-99, 2004.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p.146-155, 1994.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GROSSI, P.K. Violência contra a mulher: implicações para os profissionais da saúde. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDON, V. R.(Orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médica, 1996.

GUERRA, C. Violência e poder nas relações de gênero – as cenas. **Revista Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 4, n. 4/5, p. 5-27, jan./dez. 1997.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2002.

IZUMINO, W. P. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: contribuições para a consolidação de uma cidadania de gênero, **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 10, n 40, p. 282-295, 2002.

JARAMILLO, D.E, URIBE, T.M. Rol del personal en la atención a las mujeres maltratadas. **Invest. Educ. Enferm.**, v.19, p. 38-45, 2001.

LEAL, S.M.C; LOPES, M.J.M. A violência como objeto da assistência em um hospital de trauma: o “olhar” da enfermagem. **Cienc. Saude Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.419-431,2005.

KRONBAUER, J.F.D; MENEGHEL,S.N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.39, n.5, p.695-701, 2005.

MARTIN, F. M. La violencia em la pareja. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Rio de Janeiro, v.5, n.5, p.245-258, 1999.

MENDEZ-HERNANDEZ, P.; VALDEZ-SANTIAGO, R.; VINIEGRA-VELAZQUEZ, L.; RIVIERA-RIVIERA. L.; SALMERÓN-CASTRO, J. Violencia contra la mujer: conocimiento y actitud del personal médico del Instituto Mexicano del Seguro Social, Morelos, México. **Salud Pública Mex.**, Cuernavaca, v.45,n.6, p.472-82,2003.

MENEZES, T.C.; AMORIM, M.M.R.; SANTOS, L.C. ; FAUNDES, A Violência física doméstica e gestação: resultados de um inquérito no puerpério. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** Recife, 2003, v.25, n.5, p. 309-316, 2003.

MICHAUD, Y. **A violência**. Trad. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Coleção Princípios e Fundamentos).OMS. Organización Mundial de la Salud. **Word report on violence and health**. Genebra: Word Health Organization; 2002.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. OMS, Genebra, 2002.

SALIBA, O.; GARBIN, C. A. S.; GARBIN, A. J.I. ; DOSSI, A. P. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.41, n.3, p. 472-477, 2007.

SCHAIBER, L.B; D'OLIVEIRA A.F.P.L; FRANÇA-JÚNIOR, I; PINHO, A. A. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Rev. de Saúde Pública**, São Paulo, v 36, n.4, p. 470-477, 2002.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n.3, p. 359-367, 2007.

SILVA, I.V. Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v 19, n.2, p.263-272, 2003.

VENTURI, G; RECAMÁN, M; OLIVEIRA, S. A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

YEAGER, K.; SEID, A. Primary care and victims of domestic violence. **Primary Care: Clinics in Office Practice**, v.29,n.1, p.125-150, 2002.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA

CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DIVULGADA NA MÍDIA GAÚCHA

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Iniciais: _____ Idade da mulher: _____

Ocupação principal da mulher: _____

Estado conjugal/Civil da mulher

- () Solteira () Casada ou União Consensual () Desquitada/Divorciada
 () Viúva () Tem companheiro () Sem informação

Escolaridade da mulher

- () Sem escolaridade () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo
 () Sem informação

Classificação quanto ao tipo de Violência

- () Física () Sexual () Psicológica () Patrimonial

Localização das lesões físicas

- () Face () Cabeça () Pescoço () Tórax () Abdome () Região Genital
 () Membros Superiores () Membros Inferiores () Outros () Sem Informação

Conseqüências da violência física

- Lesões de pele: () Equimoses/Hematomas () Escoriações () Corte
 () Fraturas () Queimaduras () Morte () Outros () Sem Informação

Conseqüências das demais violências

- () Perda de objetos pessoais () Medo () Gravidez não desejada
 () Contaminação por DSTs. () Outros _____ () Sem Informação

Existe gravidez no momento da agressão

Sim Não Sem Informação

Forças de Intimidação

Força Física Ameaças Arma Branca Arma de Fogo Outros Sem Informação

Vínculo da mulher com o Agressor

Estranho Parceiro Íntimo Ex-Parceiro Íntimo Parente Vizinho Outros Sem Informação

Idade do Agressor: _____

Escolaridade do agressor

Sem escolaridade Ensino Fundamental Incompleto Ensino Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo Ensino Superior Incompleto Ensino Superior Completo Sem informação

Ocupação principal do agressor: _____

Uso de álcool pelo agressor

Sim Não Sem Informação

Uso de drogas pelo agressor

Sim Não Sem Informação

Local da violência

Residência da vítima Residência do agressor Via pública Outros _____

Sem Informação

Fatores desencadeantes da violência

Ciúme Término de relacionamento amoroso Assalto Violência Sexual

Desavenças familiares Outros _____ Sem Informação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Porto Alegre, 8 de junho de 2010.

Venho por meio deste documento apresentar a Acadêmica de Enfermagem do 8º semestre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Maura da Silveira Pia Ferrão, cujo nº de matrícula é 150002. A aluna está sobre a minha orientação em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DIVULGADA NA MÍDIA GAÚCHA**, que tem por objetivo caracterizar o tipo de violência contra a mulher gaúcha apresentada em um jornal de grande circulação do Rio Grande do Sul.

O estudo será executado utilizando-se de informações contidas em reportagens sobre violência a mulher divulgadas no Jornal Diário Gaúcho em edições publicadas de junho de 2009 a maio de 2010. As informações serão analisadas buscando-se informações que caracterizem o tipo de violência sofrida quanto a idade, ocupação principal, estado conjugal, tipo de agressão e principal agressor.

Agradecemos a colaboração. Atenciosamente,

Profa. Dra. Ana Lucia de L. Bonilha

Profa Associada DEMI-EEUFRGS

Ana Bonilha
Prof. Dr. E. E. UFRGS
COREN/RS 15814